

DIREITOS HUMANOS

EUA elogiam medidas adotadas pelo Brasil

Relatório aponta, entretanto, a persistência de "sérios abusos" no País

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – Os Estados Unidos informaram ontem que o governo brasileiro "tem, geralmente, respeitado os direitos humanos", mas assinalaram a persistência de "sérios abusos" e de problemas como a impunidade, as prisões superlotadas, o judiciário lento e, "frequentemente, não confiável", polícias violentas e mal preparadas, trabalho infan-

til e a discriminação contra negros e homossexuais. Parte de um relatório sobre a situação dos direitos humanos em todos os países do mundo, exceto dos próprios EUA, o documento foi preparado pelo Departamento de Estado.

As 51 páginas dedicadas ao Brasil consistem, em sua maior parte, numa repetição da lista de violências, desmandos e exemplos de impunidade registrados diariamente pela imprensa brasileira, mas algumas informações pontuais obtidas em entrevistas de funcionários americanos com representantes do governo brasileiro e de ONGs.

Além de recitar as conhecidas deficiências e horrores que ocor-

rem no Brasil – a maioria das quais foram, aliás, mencionadas pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, e pelo secretário de Direitos Humanos, José Gregori, em seminário público que a embaixada em Washington promoveu esta semana na Universidade de Georgetown –, o documento destaca os esforços que o País vem fazendo para atacar o problema.

Avanço – O relatório elogia a criação do programa de proteção de testemunhas e outras ações derivadas do plano de

ação que o governo adotou em 1996 para lidar com os abusos contra os direitos humanos. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que é presidida por Gregori, "teve atuação importante na redução das atividades de esquadrões da morte em todo o País" e "continuou a ser um instrumento eficaz para chamar atenção para os abusos contra

os direitos humanos e alocar recursos federais para amparar os esforços (em defesa dos direitos humanos) nos Estados". O texto

menciona, entre os pontos positivos, a continuação da campanha contra o trabalho infantil, que diminuiu a incidência do problema "em 24% desde 1996".

Estabelecido por lei de 1974 e enviado todos os anos ao Congresso americano, o documento surgiu como um elemento condicionador da política de ajuda militar e econômica externa dos EUA num momento em que o país lidava com seus próprios demônios no Vietnã, no escândalo do Watergate e na tomada de consciência, pelo americanos, do apoio de Washington a ditadores ao redor do mundo.

Com a chegada de Jimmy Carter ao poder, em 1977, e a inclusão dos direitos humanos na

REDUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL É MENCIONADA

agenda diplomática americana, o relatório transformou-se mais claramente num instrumento da política externa. Sua publicação, naquele ano, com fortes críticas ao Brasil, foi usada como pretexto pelo governo do general Ernesto Geisel para romper o acordo de cooperação militar com os EUA.

Esta semana, ao falar na Universidade de Georgetown, o ministro José Carlos Dias, que foi advogado de presos políticos durante o regime militar, disse que a solidariedade internacional recebida pelos brasileiros que enfrentaram a ditadura está na base do compromisso do atual governo com a defesa dos direitos humanos.